Apresentação: 18/03/2024 09:11:06.353 - CFFC
REQ n.34/2024

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimentos sobre as estatais federais que voltaram ao vermelho no governo Lula.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda para que preste esclarecimentos sobre as estatais federais que voltaram ao vermelho no governo Lula.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento do Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, para que preste esclarecimentos sobre as estatais federais que voltaram ao vermelho no governo Lula.

CD248900309500

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248900309500
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 18/03/2024 09:11:06.353 - CFFC
REQ n.34/2024

Isto porque, conforme noticiado[1], pela primeira vez em cinco anos, as estatais federais encerraram 2023 com déficit, ou seja, com despesas superiores às receitas. Esse histórico exclui o resultado do primeiro ano da pandemia, em 2020. Se o déficit for superior ao previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Tesouro terá que cobrir a diferença, algo que não acontece há oito anos.

As estatais federais são um grupo de 22 empresas chamadas de não dependentes que, teoricamente, não precisam do governo, geram suas próprias receitas, mas cujo desempenho é considerado na apuração do resultado fiscal do governo federal. Por isso, a LDO autoriza o Tesouro a cobrir o resultado delas quando é deficitário.

O grupo é heterogêneo e reflete as ambições de diferentes governos de atuar nos mais diversos setores, incluindo desde a Dataprev, a Ceagesp de São Paulo e o Ceasa de Minas até a Casa da Moeda, a Infraero, os Correios, a Eletronuclear e a fabricante de navios Emgepron. As estatais financeiras e a Petrobras estão fora do grupo. Durante boa parte de 2023, o Tesouro viveu sob o suspense de ter que cobrir um rombo nas estatais. As projeções variaram bastante ao longo do ano, mas foram diminuindo. A primeira vez que o governo previu a necessidade de compensação foi no relatório de julho, relativo ao terceiro bimestre. O número caiu para R$ 4,5 bilhões em novembro.

A mais recente previsão do Ministério da Gestão (MGI) é de um déficit menor. A partir de dados de outubro, o MGI informou que o resultado das estatais federais deficitário em R$ 3,057 bilhões em 2023, próximo da meta fiscal definida na LDO de R$ 3,002 bilhões para o ano (Valor, 8/1). Confirmada a estimativa, ainda assim será necessária a despesa do Tesouro para compensar a diferença.

1 https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2024/01/23/estatais-federais-voltam-ao-vermelho-no-governo-lula.ghtml

CD248900309500
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248900309500
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 18/03/2024 09:11:06.353 - CFFC
REQ n.34/2024

Uma série publicada pelo Valor mostra o caso de algumas das estatais mais problemáticas. Uma delas é a Eletronuclear, responsável pela gestão e operação das usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ), que foi incorporada às contas fiscais do governo após a privatização da Eletrobras. A Eletronuclear está às voltas com o projeto bilionário de Angra 3, que já recebeu R$ 8,5 bilhões em investimentos. O Ministério de Minas e Energia estima que serão necessários mais R$ 21 bilhões para concluir a obra. Há também o caso da Emgepron, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio da Marinha do Brasil, que tem o maior déficit projetado entre as estatais federais e está envolvida na tarefa ambiciosa de construção de quatro fragatas da classe Tamandaré e do navio polar Almirante Saldanha. A Emgepron argumenta que a previsão de déficit não indica que esteja operando com prejuízo ou que haverá a necessidade de alguma compensação por parte do Tesouro, uma vez que os recursos necessários para arcar com o referido investimento já integram o ativo da estatal.

Outro caso é o dos Correios, que o governo Bolsonaro pretendia privatizar, mas foi retirado do Programa Nacional de Desestatização (PND) pelo presidente Lula. Apesar de ter monopólio, os Correios têm prejuízo e não souberam enfrentar as empresas privadas nas áreas de logística e entrega de mercadorias, que ganharam espaço com a pandemia e a revolução dos marketplaces.

Com exceção de 2020, quando tiveram déficit de R$ 600 milhões por causa da pandemia da covid-19, as estatais federais registraram superávits nos últimos cinco anos. Em 2021, o resultado foi positivo em R$ 3 bilhões; e, no ano passado, em quase R$ 5 bilhões. De acordo com números do Banco Central, de 2012 a 2017, elas fecharam no vermelho. Nos anos seguintes, o superávit foi garantido com aportes do governo. Segundo o Tesouro, em 2018, a gestão do presidente Michel Temer injetou R$ 5 bilhões no caixa das

CD248900309500
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248900309500
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 18/03/2024 09:11:06.353 - CFFC
REQ n.34/2024

estatais; e, no governo Jair Bolsonaro, foram mais R$ 10 bilhões. Ou seja, não houve cobertura posterior de déficit, mas o dinheiro público foi antecipado de outra forma. O Tesouro não prevê a necessidade de novas compensações de déficits para os próximos anos do governo Lula. Não porque terão superávit. A LDO prevê que as estatais poderão ter um déficit primário de até R$ 7,31 bilhões em 2024, de até R$ 5,66 bilhões em 2025; e de até R$ 6,66 bilhões em 2026. Neste ano, a LDO prevê ainda um abatimento contábil adicional de R$ 5 bilhões na meta fiscal das estatais que só poderão ser aplicados em investimentos no Novo PAC. Ou seja, o déficit das estatais poderá ser ainda maior e chegar a R$ 12,3 bilhões, sem compensação ou esforço adicional pelo Tesouro nem pressão no resultado primário do governo.

Para o MGI, os déficits nos próximos anos são resultado de investimentos feitos com recursos em caixa, que não significam transferência de recursos fiscais. A avaliação é compatível com a visão do Planalto de que as estatais alavancam o crescimento da economia. Não se pode ignorar, porém, os efeitos fiscais dessa política, ainda mais porque, muitas vezes, os projetos de investimentos têm baixa qualidade e alavancam despesas de pessoal. O risco de se transformar em uma bola de neve não é desprezível.

Destarte, tendo em vista a competência de fiscalização do Poder Legislativo, apresentamos este requerimento para que sejam esclarecidas oficialmente questões sobre as estatais federais que voltaram ao vermelho no governo Lula.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

CD248900309500

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248900309500
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo